

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 15 de março de 2023 - Ata n.º 15.

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às nove horas e trinta minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traianon**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Alexandre Curi** (1.º Secretário) e **Márcia Huçulak** (na função de 2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **15.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, declaro aberta a Sessão Ordinária desta quarta-feira. Solicito à Sr.ª 2.ª Secretária que proceda à leitura da Ata da sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Márcia Huçulak – PSD): Bom dia, Deputados e Deputadas. (Procedeu à leitura da Ata da 14.ª Sessão Ordinária, de 14 de março de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Não há Expediente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador, Deputado Tercilio Turini.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, venho a esta tribuna hoje para falar sobre um expediente que estou encaminhando para alguns órgãos do Governo do Estado, a Agepar, a Seil e a Casa Civil, relacionado à questão do pedágio no Paraná. O expediente que estou encaminhando hoje não trata da questão do modelo do pedágio. Acho que esta Casa aqui cumpriu um papel importantíssimo no debate, na questão de fazer alterações necessárias. O debate foi fundamental, foi necessário e acho que avançamos na questão da modelagem do pedágio. Temos acompanhado a movimentação dos Deputados Federais junto à Casa Civil do Governo Federal, também no Ministério da Infraestrutura e sabemos que as questões estão avançando, e estamos torcendo para que se chegue a um denominador comum e que principalmente a questão do aporte seja resolvida. Sabemos que um dos grandes problemas que tivemos no passado na concessão que terminou no dia 27 de novembro de 2021 foi exatamente a falta de transparência, a falta de fiscalização e a falta do controle social do pedágio que existia até então. Tanto é verdade que não sabemos quanto as concessionárias arrecadaram ao longo dos 24 anos, e não vamos ter essa informação. Falava-se, em um determinado momento, Deputada Luciana Rafagnin, que elas arrecadavam 2 bilhões, só que ninguém tinha esse controle, estimava-se que esse valor poderia ser o dobro. E onde foi parar esse recurso? Não sabemos. Além da falta de obras, de todas as bobagens que foram feitas na concessão anterior, realmente não tivemos nenhum tipo de fiscalização, controle, transparência com relação à questão do pedágio. Então, no momento em que estamos, para levar para a licitação em Bolsa de um novo modelo de pedágio que vai durar 30 anos, se errarmos, poderemos comprometer o futuro do Estado do Paraná, estamos alertando, e o Governo do Estado vai fazer um convênio com o Governo Federal para repassar mais de mil

quilômetros de rodovias estaduais. O que estamos pedindo? Que, além de outros mecanismos de controle, de fiscalização, seja colocado o seguinte: A implantação de uma lei que aprovamos aqui - virou lei - que é o Pedagiômetro. Em cada praça de pedágio, que se tenha um dispositivo eletrônico, Deputada Cloara, e que o usuário possa acessar. Em tempo real, ele vai saber quantos veículos estão passando em cada praça, e o valor que está sendo arrecadado em cada praça de pedágio. É transparência, é respeito que temos com o usuário, com aquele que paga, aí vamos saber o real valor que está sendo arrecadado, se as obras estão ocorrendo ou se elas não estão ocorrendo. Além dessa questão do Pedagiômetro, é fundamental implantar o Conselho dos Usuários. Por lotes, teremos seis Conselhos de Usuário, que vão fazer a fiscalização, que vão ter participação efetiva no controle. E mais, se tiver aporte, a hora que as obras forem feitas, esse Conselho de Usuários vai ajudar a decidir se aquele recurso do aporte vai ser para baixar tarifa ou para fazer novas obras que eventualmente não estavam no contrato. Então, esses dois mecanismos, além de outros mecanismos de controle, são fundamentais. Olha, estamos falando de uma... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Tercilio, para concluir.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): ... estamos falando de uma concessão de 30 anos, e estamos falando de uma concessão que vai ser feita pelo Governo Federal. Se não assegurarmos esses mecanismos, vai ficar difícil para reclamarmos depois da questão de falta de transparência, falta de controle. Então, é nesse sentido, chamando a atenção que não viemos falar hoje aqui do modelo, mas viemos falar de questões de transparência e de respeito ao usuário. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Luís Corti. Deputado Luís Corti, por favor.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, distinta Mesa que coordena esta Casa de Leis, digníssimos Pares desta Casa, povo do Estado do Paraná,

população do Brasil. Uso a palavra pela vez terceira aqui nesta tribuna para recolocar, para intensificar aquilo, Presidente, que já foi protocolizado nesta Casa de Leis. Propusemo-nos aqui a um trabalho de encaminhamento ao Ministério da Saúde no sentido da correção dos valores aviltantes e que diminuem as atividades dos profissionais da saúde quando esbarram com tabela tão desatualizada, tão em desconformidade com a prática da Medicina. Trago ao Estado do Paraná uma proposta para que se organize o Sistema Único de Saúde neste Estado, pondo fim as dezenas, centenas e milhares de filas do SUS que existem neste País, onde o paciente não sabe em que posição se encontra, não sabe a data de atendimento e se será atendido. E, por outro lado, o Estado, a nação brasileira sequer tem condições de organizar projeto para diminuição da fila e muito menos para pôr fim à fila e dar o atendimento imediato tão sonhado ao cidadão brasileiro. Mas hoje, caro Presidente, faço uso desta tribuna para apresentar ao Paraná Projeto de Lei já protocolizado, o qual dá orientação ao Sistema de Inspeção e Fiscalização Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, credencia profissionais habilitados para o exercício da Medicina Veterinária vinculada às pessoas jurídicas para exercer atividades de inspeção no Paraná e dá outras providências. Senhor Presidente, o Estado do Paraná, o Brasil vive um verdadeiro paradoxo, vive um paradoxo em relação aos avanços que o Brasil dá na área da cadeia da carne, na área da cadeia da produção de ovos e de leite. O Paraná, em posição de vanguarda, faz bonito em nível de Brasil e de mundo. Já somos o maior produtor de frangos e exportador da nação brasileira, primeiríssimo lugar. Lá no nosso Sudoeste, Sr. Presidente, temos o maior frigorífico de abates de frango da América do Sul. Rogério Sidral, 640 mil aves são abatidas diariamente. No Paraná, nosso caro líder, temos um abate que está na casa dos 6 milhões de aves. Temos uma produção em nível de Estado do Paraná que está na casa de 2 bilhões de cabeças de aves/ano. Olha que conseguimos, em nível de Paraná, Sr. Presidente, quase colocar um frango para 1/3 da humanidade por ano. É um Estado muito gigante. Mas na cadeia da carne suína, onde tive a honra... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Corti, V. Ex.^a tem um minuto ou fala no horário da Liderança do seu bloco.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): ... estive lá em Paranavaí, com o Ex.^{mo} Sr. Governador, com o Deputado Adriano, com o Deputado Do Carmo. O Paraná entregou para o Brasil e para o mundo a maior unidade de produção genética lá em Paranavaí. Vamos produzir lá, caro Requião, cerca de 110 mil matrizes/ano. É o Brasil, o Paraná, Paranavaí no mundo, no Texas e no Canadá. No leite é uma explosão, o Brasil é um dos maiores produtores de leite. O Paraná só perde para Minas Gerais, e o Sudoeste é o maior produtor de leite, caro Presidente, do Estado do Paraná. Mas se somos tudo isso, por outro lado vivemos um processo que engessa a produção, traz problemas na inspeção sanitária e industrial, porque se por um lado a iniciativa privada, caro Deputado Adão, é violenta na produção, o Estado na sua totalidade ainda vive um momento arcaico. O Estado Brasileiro vive uma situação arcaica, a burocracia criada em muitas das casas de leis, como é a nossa e o Congresso Nacional, torna o Estado engessado. Se por um lado precisamos de profissionais habilitados no exercício da Medicina Veterinária, para poder dar a garantia ao nosso consumidor, para dar garantia de que o nosso produto possa caminhar internacionalmente sem nenhum dos perigos que possam acometer o nosso consumidor, o Estado, com grandes dificuldades, sequer consegue fazer a reposição de profissionais. Isso ocorre no Estado Brasileiro, porque o estado é extremamente burocrático. Para se abrir um concurso público, do concurso até a efetivação do profissional lá vão meses; e se tiver recurso mais tempo ainda, quando não vira em uma disputa judicial. E as pessoas que precisam receber um alimento inspecionado pelo estado, o estado engessado, o estado com a máquina burocrática traz fortes dificuldades para que ocorra a efetivação. Caro Presidente, como faz um Prefeito, meu caro Tercilio, que conta com um médico-veterinário apenas no seu quadro pessoal e esse veterinário se aposenta, ou esse veterinário entra em invalidez ou pela morte deixa o quadro de um município com o cargo em vacância? O que faz o Prefeito? Para abrir um concurso, meu caro Arilson, e efetivar o profissional lá se vão meses, vai a casa de ano, e o teste seletivo tem um período muito curto. E se arriscarmos, minha

cara Deputada, S.Ex.^a Marli, que já foi Prefeita, um Prefeito que nomear um profissional técnico em um cargo em comissão vai responder pelo crime de improbidade administrativa. Mas, meu caro Hussein Bakri, se não o fizer, estão aqui os homens da lei, estão aqui os operadores do Direito, vai responder pelo crime de omissão. Omissão em relação aos crimes de saúde pública, em relação à questão do Código de Defesa do Consumidor. Trago se não a solução, uma proposta inovadora; e o Paraná vai sair na frente, não tenho dúvida nenhuma. O objeto de nossa proposta de lei, pedindo o apoio aos nossos caros Deputados, traz no seu bojo, na sua essência o seguinte objeto: *Projeto de Lei Ordinária. Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização sanitária e industrial de produtos de origem animal. E aí vem o detalhe: Credencia profissionais habilitados para o exercício da medicina veterinária – aí vem o detalhe – vinculados a pessoas jurídicas para exercer atividade de inspeção no Paraná e dá outras providências.* Mas vai ser lá no art. 5.º do nosso Projeto que está esculpido: *As atividades de inspeção previstas nos artigos 3.º e 4.º desta lei são privativas de profissionais habilitados para o exercício da medicina veterinária, devendo ser realizados diretamente pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento por profissionais vinculados ou por profissionais vinculados às pessoas jurídicas credenciadas pela administração pública denominada, por fim desta lei, como médicos-veterinários credenciados.* O Paraná, caro Presidente, com esta lei e com a sua aprovação terá um avanço muito grande. O nosso Governador, lá na Ásia, no Japão, abrindo mercados para a produção paranaense e esta Casa de Leis, meu caro Presidente, fazendo a sua parte. É um registro para a história do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Esta Presidência registra a presença na Casa do Prefeito em exercício de São Jorge D'Oeste, Vanderlei Trevelin; dos Vereadores de São Jorge, Valdir Martendal e Rodrigo Dalmolin; e do Presidente da Associação do Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná, Sr. Rogério Sidral, por solicitação do Deputado Luís Corti. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Deputado Requião Filho. (Declina.) Deputado Alisson. (Declina.) Deputado Delegado Tito Barichello. (Declina.) Deputado Doutor Antenor.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Meu bom dia a todas e todos. Hoje quero me solidarizar com os companheiros do Hospital Santa Tereza, que é o Instituto Virmond, em Guarapuava. A situação já precarizada vem se acentuando. O Governo do Estado toca de forma também não adequada o Hospital Regional, há uma demanda reprimida, absurdamente reprimida na saúde em Guarapuava. As nossas referências hospitalares vêm ao longo dos anos diminuindo, já tivemos na faixa de seis hospitais. Sabemos as dificuldades da sobrevivência dos hospitais no País como um todo, sabemos da diminuição dos recursos após a “PEC da morte” do Sr. Temer, acentuada pelo assalto aos cofres públicos, a leniência, a falta de competência do Governo Federal nas mãos – como diria assim, do *homem que adora joias*, o Sr. Jair Bolsonaro - que às vezes acabamos *passando pano* e esquecendo. Mas, a “PEC da morte” trouxe dificuldades extremas a todos os governantes, aos estados, aos municípios por conta de que, embora a população aumente os recursos, sempre tem que ser os mesmos. O estado neoliberal não perdoa a saúde, não perdoa a educação e os nossos discursos não encontram respaldo na dor da nossa população, porque ela é quem paga o preço, ela já é punida pelos nossos impostos sobre consumo. Quantas vezes tínhamos em São Paulo um tal de impostômetro, e que o nosso empresariado a plenos pulmões reclamava e ia lá, mas reclamava muitas vezes do imposto sobre a renda, poucas vezes do imposto sobre o consumo, que pune muito mais o pobre, o miserável do que o milionário. O pobre, o miserável, muitas vezes para comprar um tênis, comprar uma calça paga mais imposto do que o rico no nosso País. E esquecemos que o imposto sobre a renda nos países mais desenvolvidos, especialmente nos países escandinavos, é muito grande o imposto sobre a renda, porque ele incide sobre fortunas - desta forma, saúde e educação podem ser muito mais contempladas do que aqui o fazemos. E esse resultado se acentua, esse resultado fica patente, fica claro quando vemos uma casa hospitalar da qualidade do Instituto Virmond, antigo Hospital Santa Tereza padecer e estar com o *pires na mão*. E esse apelo que faço é mais do que ao próprio Estado, que sabemos que não vai se preocupar, não vai se preocupar, temos visto qual é o posicionamento, apesar de todas as emendas dos Deputados Federais, em

especial os do PT, que têm tentado dar uma mão esses anos. É preciso que a nossa comunidade guarapuavana – e aí falo como guarapuavano – se mobilize, tenha esse entendimento dessa importância, da importância desse hospital fundamental para o nosso povo, um hospital grande, de qualidade e que hoje padece. Então, solidarizo-me com os funcionários que estiveram na Câmara de Vereadores esta semana reivindicando aquilo de legítimo, que é a sobrevivência com dignidade desse hospital. Ao mesmo tempo, aproveito para me solidarizar com os professores da Unicentro, que no dia de hoje estão se manifestando, que estão em greve por conta das perdas salariais ocorridas nesses últimos anos, desde 2018. Sabemos da importância desses segmentos, porque não há nada mais atrasado do que um País que joga para baixo a sua ciência, a sua pesquisa. Muitas vezes vocês me viram aqui defendendo que a nossa sociedade só saiu da barbárie e só sai da barbárie que querem nos impingir novamente vide a minha profissão, vide a de outros companheiros médicos aqui. Durante os últimos anos, defenderam *Ivermectina* e defenderam *Hidroxicloroquina* sem nenhuma base científica a não ser *Fake News*. A não ser *Fake News*. Algo que não teve uma pesquisa adequada e hoje, por conta desta falência da visão, às vezes vimos o nosso povo nos consultórios questionando as próprias vacinas, as próprias vacinas! (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, para concluir, por favor.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Concluo, então. Muitas pessoas questionando a vacina, que era um ganho da sociedade brasileira. O Brasil era líder no mundo em vacinação e esses tempos obscuros fizeram levar a própria população a questionar aquilo que é fundamental para a existência de muita gente. Então, mais uma vez me solidarizo com a luta daqueles que buscam uma educação de qualidade, uma educação gratuita, educação de qualidade. E o pessoal da Unicentro é um pessoal do Paraná como um todo que reivindica melhores condições, reposição dos seus salários para que possam viver com mais

dignidade e devolver para a sociedade paranaense o melhor, que é o conhecimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, no Grande Expediente. (Declina.) Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas e todos que nos acompanham pela *TV Assembleia* e demais mídias. Ontem fui vítima de uma série de ataques da imprensa devido a uma denúncia do Ministério Público no meu primeiro mandato. Denúncia essa que foi uma investigação muito forte que fizeram - quebra de sigilo bancário, quebra do sigilo das minhas contas bancárias. E o que eles encontraram? Nada. Nenhum dos envolvidos que eles citaram falou comigo nem por telefone, nem pessoalmente, nem por mensagem. O fato que ocorreu é que no meu primeiro mandato eu não tinha conhecimento político, contratei um chefe de gabinete, que é o único que conhecia, que tinha trabalhado com o Vereador Tiago Gevert, e ele me ajudou a montar o gabinete. E nessa montagem veio uma mulher chamada Débora, que havia trabalhado com o Pastor Takayama, que é Deputado Federal, e veio para cuidar da parte evangélica, das igrejas. Ela trazia algumas demandas. Enfim, atendemos muita gente. Todo Deputado aqui atende muita gente. E um dia - ainda bem - um Secretário Municipal de Piraquara, no meu gabinete, falou o seguinte: *Você tem uma funcionária assim, assim, chamada Débora.* Eu falei: *Tenho. Pois é, ela foi lá falar com o Prefeito, ofereceu uma Emenda de 2 milhões e disse que teria que dar um retorno de 20% para o Deputado.* Eu falei: *Olha, primeiro que não temos 2 milhões de Emenda para dar para um município.* O município atendi com um carro para a saúde, a pedido do líder evangélico da igreja. *O senhor tem certeza? Tenho.* Mandeí chamar a assessora, que estava fora. Quando ela chegou, falei: *Repita para ela.* Ele repetiu. Ela disse: *Não, não foi.* Aí ele falou: *Foi a senhora, sim. Pediu.* Eu falei: *Você está exonerada.* Foi exonerada no mesmo dia. Fiz um boletim de ocorrência contra ela, denúncia de crime. A advogada dela me procurou e falou: *Você a mantém mais um, dois meses aqui para receber? Não, não mantenho nem mais um minuto. Ela está*

*exonerada. Ela cometeu um crime, e o dinheiro público não é para bancar criminoso. Ok. Então, o senhor vai ter problemas. Foi ameaça. Aí essa mulher foi fazer denúncia no Ministério Público. A criminosa fazendo denúncia contra um Deputado. E o MP ouve uma criminosa e não ouve um Deputado. Logo em seguida, demiti também o Chefe de Gabinete, que infelizmente se envolveu com ela e, quando o chamei, foi réu confesso, pediu perdão e chorou. Ele saiu, não reclamou. Mais para frente, demiti outro funcionário. É bom vocês que são novos aqui para entender o que essa política podre tem. Um dia uma pessoa "X" me liga; eu estava no gabinete, eram 8, 9 horas da noite; uma pessoa humilde no telefone falou assim: *Deputado, quando que eu assumo a minha vaga?* Eu falei: *Qual vaga? O que o senhor faz? Não, sou aqui de Paranaguá, vendo hot dog, tenho um carrinho.* Eu falei: *Ok, mas como assim vaga? O senhor quer trabalhar do quê aqui?* Ele falou: *Não, eu dei R\$ 2 mil para o seu assessor e ele me garantiu uma vaga.* Mais um bandido. Foi exonerado. Então, montaram uma máfia nesse primeiro mandato. Todo mundo foi demitido, todos com boletim de ocorrência, e o MP seguiu a investigação. Correto, tem que seguir a investigação. Ouviram várias pessoas, nenhuma falou meu nome. Até o tal policial envolvido disse: *Eu nunca estive com o Deputado. Eu acertei tudo com os assessores deles.* Na época, chamaram o Governador Beto Richa para depor. Falaram que eu usei tráfico de influência para ajudar policial. Como? No primeiro mandato eu não tinha contato nenhum dentro do Governo, zero, e tudo mundo sabe que a Corregedoria da PM é muito rigorosa e séria, não tem acerto lá dentro. O Governador desmentiu tudo. Mesmo assim, covardemente, esse Ministério Público, que tem viés ideológico, que eu já sabia há tempo, porque me perseguem, não vou dar nome aqui hoje porque não vem ao caso, mas teremos oportunidade para frente para colocar a foto e a imagem... Capaz que eu coloque no meu vídeo. Ficaram me perseguindo. E um Deputado aqui antigo da Casa um dia me falou: *Não adianta defender no Ministério Público. Eles farão denúncia-crime.* E fizeram denúncia-crime, que até hoje não foi acatada pelo TJ. Então, como que uma imprensa tipo a *Rede Globo*, que dei entrevista em uma videochamada para a *Rede Globo*... Não fujo de entrevista, não devo nada para ninguém! Meia-hora de entrevista para a *Rede**

Globo, eles colocam 10 segundos da minha fala e ficam 20 minutos me retaliando, como se eu fosse um criminoso. Como? Uma denúncia-crime que não houve julgamento! É desse jeito que a *Rede Globo* trabalha? É? Desse jeito, como fizeram com o Bolsonaro durante quatro anos. Não culpo a RPC aqui do Paraná não, é lá em cima; William Bonner, que já me processou quando denunciei o filho dele, que aquele moleque entrou e fez o pedido do auxílio emergencial e foi aprovado para ele. Aquele vídeo explodiu, ele foi ao Bial, falou do meu vídeo. Esse ranço ele tem faz tempo. E agora chegou o momento de a *Rede Globo* tentar me retaliar. Não vão conseguir. Vocês tentaram destruir o Bolsonaro, vocês estão se destruindo, porque vocês são campeões de *Fake News*. E esse Ministério Público, que respeito a maioria dos Promotores e Procuradores, mas tem uma parte podre do MP, como tem na política, como tem médicos, engenheiros, em todo setor tem. Só que o lado pobre vamos revelar. E por que essa revolta do MP? Vamos lá. No dia 27 de fevereiro, agora, vim a esta tribuna falar de um ofício que vou encaminhar ao MP pedindo informações, pedi a assinatura dos Deputados e vou pedir novamente. O único Deputado que assinou comigo - parabéns - foi o Deputado Requião Filho. Acho que todos deveriam assinar porque essas informações não são para mim, são para divulgarmos para população. Esta Casa tem que trabalhar unida. O Deputado não pode ter medo do MP. Só pode ter medo quem tem algum problema lá, o resto não tem que ter medo. O MP não é um Poder; Poder somos nós. Vou ler o ofício aqui para vocês entenderem a preocupação do Ministério Público. Vamos lá. Ofício. *Excelentíssimo Sr. Procurador-Geral de Justiça. Cumprimentando cordialmente, sirvo-me do presente para, na condição de cidadão, de Parlamentar Estadual e de fiscal dos interesses da população paranaense e da gestão dos gastos públicos, com fundamento no art. 5.º, XXXIII da Constituição Federal, e nas disposições da Lei Federal n.º 12.527/2011 – Lei de Transparência, entre outras, solicitar a V.Ex.ª o envio das seguintes informações ou documentos. Sejam encaminhadas informações, preferencialmente em mídia, a respeito de Promotores e Procuradores de Justiça do Ministério Público do Paraná que, no período de janeiro de 2022 a fevereiro de 2023, receberam valores totais brutos mensais que têm ultrapassado o teto*

remuneratório por acumulação de valores relativos às férias, gratificações, verbas indenizatórias ou verbas de quaisquer outra natureza, indicando-se os nomes dos membros, discriminando-se os valores por eles recebidos. Item 2 – Sejam encaminhados, preferencialmente em mídia, os atos normativos que regulamentam o pagamento da gratificação pela acumulação de acervo processual, com indicação mês a mês do número de processo do acervo e dos valores, e quaisquer outros benefícios recebidos por cada um dos Promotores e Procuradores de Justiça do Ministério Público do Paraná, no período de janeiro de 2022 a fevereiro de 2023. Sejam encaminhados, principalmente em mídia, os atos normativos que regulamentam os plantões regulares semanais dos Promotores e Procuradores de Justiça do Ministério Público do Paraná, bem como as informações sobre as respectivas escalas e o número de processo nos quais os plantonistas atuaram durante os plantões, com indicação dos respectivos números dos autos, no período de janeiro de 2022 a fevereiro de 2023. E também, por fim, sejam informados ano a ano quais foram os valores de saldo financeiro do duodécimo do Ministério Público do Estado do Paraná no tocante ao período dos anos 2018 a 2022, de acordo com o art. 168, §2.º da Constituição Federal.

Por que pedi essas informações? Por que temos na Casa aqui um portal de transparência que é muito transparente. O portal de transparência do Ministério Público não é nada transparente. Essas informações são importantes para divulgarmos a população. Porém, se tiver algum erro, pode dar improbidade administrativa a alguns Promotores e Procuradores. Com isso, na ideia de me retaliar, eles pegam essa denúncia que estava com sigilo, pediram para retirar o sigilo - o Juiz permitiu, é lógico -, não há investigação e eles vazam para a imprensa essa denúncia deles, denúncia infundada, leviana. Desafio mais uma vez que venha um Promotor nesta Casa e traga uma prova concreta contra o meu nome, contra a minha pessoa. Não tem! Só narrativas falaciosas. Vergonha essa atitude do Ministério Público. Repudio esse tipo de atitude. Mas a nossa luta vai continuar. A bronca do Ministério Público também é que quando aprovamos a lei que foi de minha autoria e de outros Deputados, que proibimos aqui a obrigatoriedade do passaporte sanitário - é lei estadual -, o Ministério Público não

cumpriu a nossa lei e começou a pressionar via Conselho Tutelar as famílias a obrigarem a vacinação de crianças contra a Covid, mesmo tendo uma lei estadual. E entrei em defesa das famílias que nos procuraram. Lá em Londrina as Promotoras pressionaram, o Conselho Tutelar pressionou e uma aluna de 11 anos de idade, uma menina, a diretora do colégio falou: *Se você não se vacinar, os teus pais vão perder a tua guarda*. Ela ficou apavorada. Olhe a covardia, Deputada Mara! Ela ficou apavorada, falou com o pai chorando e o pai vacinou. Após cinco dias, começou a passar mal e em sete dias veio a óbito. Fui naquele dia, estava em Londrina, na *TV Tarobá* ao vivo e chamei as três Promotoras de assassinas, porque elas obrigaram. Não tem médico no MP. Aí eles soltaram uma nota que eles não obrigam, eles apenas sugerem. Mentira! Estou com o documento deles aqui. No dia 27 de janeiro de 2022: *MP se posiciona pela obrigatoriedade da vacinação para as crianças*. Vocês prejudicaram as vidas de pais e de crianças, ameaçaram multar pais, tirar a guarda de filhos. Covardes, canalhas que não respeitam uma lei estadual. E esta Casa, Presidente Traiano, tem que se manifestar! Ou fazemos leis para brincar e o MP não cumpre e fica prejudicando os pais? Corri o Estado inteiro defendendo pais em vários municípios contra Promotores e Procuradores. Está aí a revolta desse Ministério Público contra este Parlamentar. Mas vocês do MP, essa parte podre, que tem viés ideológico de esquerda e vão querer me perseguir, bem-vindos à selva. Não devo nada aos senhores; fiquem à vontade, apresentem as provas, façam a covardia de vocês junto com a grande mídia, a podre mídia, principalmente a *Rede Globo* ou mais chamada *Globo Lixo*, que tentou destruir a imagem do Presidente e agora vão tentar destruir a minha imagem aqui, porque sou um Deputado conservador, que sempre defendi os valores conservadores, sempre defendi o Presidente Bolsonaro, e isso eles não aceitam e não admitem. Mas, tentem! Vamos continuar esta guerra! Espero realmente que esta Casa trabalhe unida. Somos o Poder Legislativo. Peço que os Sr.^s Deputados assinem este documento. Este documento tem que ser público, é de interesse público, não é revanchismo meu, não! Temos que ter informações. E, finalizando aqui esta matéria, está acabando meu tempo, vou estender um convite aqui aos Deputados do PT. No dia 6 de abril,

vai dar início a ExpoLondrina, uma grande feira do agronegócio. Convidem o Presidente Lula - ele que teve 60 milhões de votos ou mais. Quando o Bolsonaro foi lá, foi muito aplaudido, uma multidão, e o Lula vai ter mais gente ainda com certeza aplaudindo ele. Então, Deputados do PT, levem o Presidente Lula, vão passear na feira. Vocês serão bem recebidos e vão sentir o clamor da população. Se ele está sendo bom Presidente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... Vocês vão sentir se ele está sendo um bom Presidente ou não está sendo um bom Presidente. Acho que o Presidente Lula tem que começar a andar no meio do povo e não a fugir do povo. Ele até tentou, foi outro dia em um estádio de futebol - o Prefeito do Rio levou-o ao jogo do Vasco e a plateia o ovacionou chamando: *Lula, ladrão, seu lugar é na prisão*. Está no vídeo. Outro dia, em um show de um cantor sertanejo, citaram o nome do Lula e foi a mesma homenagem que ele recebeu. O que nos coloca em dúvida: Será que todo aquele pessoal que votou no Lula já mudou de ideia? Realmente não há Governo, é um desgoverno; não tem plano de governo, ele dirige o País olhando no retrovisor, olhando o Bolsonaro: *Vou criticar Bolsonaro*. Porque ele não tem competência para fazer uma gestão séria como o Presidente fez, está destruindo o País. Tudo aumentou no Brasil. Quem está sendo prejudicado? O mais carente, que esse homem se diz *Pai dos Pobres*. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, seu tempo encerrou. Pelo PL, Delegado Jacovós. (Declina). Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Ademar Traiano; estendo os meus cumprimentos ao Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri; cumprimento o Líder da Oposição, Deputado Requião Filho; e estendo os meus cumprimentos aos demais Deputados, dignos representantes da sociedade paranaense. Utilizo a palavra hoje, Sr. Presidente, em virtude da fala de ontem do Deputado Renato Freitas, que utilizou esta nobilíssima Casa para

externar seu posicionamento acerca do caso Marielle Franco, mencionando os absurdos ocorridos em relação à morte dessa jovem ativista. E nesse ponto, Sr. Renato Freitas, pactuamos do mesmo ponto de vista, tenho um profundo respeito por Marielle Franco como ativista, como política, pela luta dos direitos humanos, uma mulher reconhecida nacional e internacionalmente, cuja morte ocorreu através de uma execução. E V.Ex.^a questiona quem matou Marielle Franco, inclusive dirigindo a palavra à minha pessoa aqui. Neste ponto concordamos, os criminosos - temos dois criminosos presos hoje e o mandante ainda não foi identificado - têm que sofrer as consequências da lei. Agora, o que me chama atenção, Sr. Renato Freitas, é que o seu posicionamento muda de acordo com a bandeira da vítima, porque as muitas *Marielles Franco* aqui do Paraná que são mortas e a Rone, a Rotam e a DHPP prendem, o senhor protege os criminosos, o senhor quer inclusive uma *CPI da Letalidade* para os matadores das *Marielles Franco* aqui do Paraná. Então, o seu ponto de vista migra conforme a bandeira ideológica. Para mim, bandido é bandido, Sr. Líder do Governo, seja de esquerda ou seja de direita, e tem que ir para a cadeia! Aqueles dois ex-policiais militares lá têm que ser presos; o mandante, que não sabemos quem é, tem que ser preso. Escutei até do Ministro da Justiça, Sr. Flávio Dino, que ele iria instaurar um inquérito policial federal para apurar o caso. Parabéns. Que apure o fato, que resolva a questão. Agora, bandido é bandido, criminoso é criminoso. E lhe digo mais, segundo consta da revista *Veja*, diz aqui a matéria que Marielle tinha um projeto de acabar com as milícias. Então, como investigador que fui da Delegacia de Homicídios e de Proteção à Pessoa, porque como Delegado também sou investigador, posso dizer que todo crime tem um começo, um meio e um fim, tem o *iter criminis* - cogitação, preparação, execução e consumação -, Sr. Líder do Governo. E se esse caso Marielle estivesse em Curitiba, com o Governador Ratinho, estaria resolvido, esses mandantes estariam presos. Parecido, Sr. Renato Freitas, com um caso que tivemos há pouco tempo de uma Marielle nossa, a Ana Paula Campestrini, que foi executada a tiros em frente à sua residência por um criminoso que estava com capacete, que não se podia ver o rosto, estava com uma *arma fria*, porque não se apreendem armas de pessoas honestas nesses

crimes, são só de bandidos, que estava com uma motocicleta, Sr. Renato Freitas, que foi encontrada picotada em São José dos Pinhais, enterrada. A polícia daqui achou, e essa investigação ficou a cargo da minha esposa, Delegada Tatiana. Então, conseguimos, prendemos os criminosos, e de altíssimo poder aquisitivo, com uma das melhores bancas de advocacia aqui do Paraná - inclusive a minha esposa foi denunciada, foi denunciada por abuso de autoridade nesse caso. Ao final, foram condenados agora a 25 e 28 anos de prisão. Cumpri o mandato de prisão na casa de um desses criminosos, de um advogado, uma casa com mais de 600 m². Não me interessa o credo, a religião, a origem, a cor, bandido é bandido e tem que ir para a cadeia.

Deputado Fabio Oliveira (PODE): Delegado Tito, um aparte, por favor.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): O senhor me questiona... Só um minutinho. Quem está pedindo? Dê-me um minutinho só para terminar a minha linha de raciocínio. Então, bandido é bandido e bandido tem que ter uma consequência. E o senhor me questiona: Quem matou Marielle Franco? Segundo, então, muitas reportagens jornalísticas, porque não tive acesso ao inquérito, afirmam que foram as milícias. Inclusive, uma matéria veiculada pelo seu partido, o Partido dos Trabalhadores, menciona a questão das milícias. Mas o que são milícias, Sr. Líder do Governo? O que são milícias, Sr. Líder da Oposição? Para V.Ex.^{as} terem ciência, milícia nada mais é do que um grupo de criminosos, em regra policiais ou ex-policiais, que organizados passam a extorquir comerciantes e a praticar ilícitos. Não temos milícias aqui no Paraná. Não temos, Sr. Líder do Governo, Sr. Líder da Oposição. Senhor Renato Freitas, se o senhor quiser, hoje, o convido para ir ao meu bairro mais problemático, que é uma parte do Parolin, e levo o senhor agora. Tem traficante? Tem. Tem biqueira? Tem, mas eles vão fugir. Faça isso, Sr. Líder do Governo, faça isso que estou fazendo em Porto Alegre, para ver o que acontece. Faça isso em Florianópolis, faça isso em São Paulo, faça isso no Rio de Janeiro. Aqui tem Polícia, aqui tem DHPP, aqui tem Rone, aqui tem Rotam, aqui tem Bope, aqui tem Tigre, aqui tem Cope, aqui tem Polícia, não tem milícia. Não tem milícia na rua e não tem milícia dentro desta

Assembleia Legislativa, Sr. Renato Freitas. Ontem o senhor também, usando a palavra, mencionou que faço parte da *Bancada da Milícia*, ou seja, a bancada de uma organização criminosa. Ora, até divaguei com o meu chefe de gabinete: Quem faria parte dessa milícia? Quem sabe, Sr. Presidente, o Delegado Jacovós, porque é Delegado de Polícia; quem sabe o Deputado Do Carmo, que é ex-policia militar; quem sabe a Deputada Flávia Francischini, que é ex-agente da Polícia Federal; quem sabe o Deputado Marcio Pacheco, policial federal, ex-policia militar; quem sabe o Deputado Samuel Dantas, ex-policia militar; quem sabe o Deputado Soldado Adriano, policial militar. Peço que o senhor indique a esta Casa quem são os membros da *Bancada da Milícia*.

Deputado Renato Freitas (PT): Um aparte, então, Sr. Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Vou lhe dar o mesmo aparte que o senhor me deu. O senhor não me deu o contraditório e a ampla defesa. Todo poder autoritário tem um contrapoder autoritário na mesma proporção, o senhor sabe disso. Senhor Líder do Governo, peço que ele indique quem são os membros dessa bancada aqui para o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, porque não temos milícia aqui dentro. Aliás, fiz os cálculos aqui, Sr. Presidente, seríamos a segunda maior bancada da Assembleia Legislativa, de policiais e ex-policiais. Cabe ao senhor, então, explicar, até porque o senhor, que é mestre em Direito, fez a mesma universidade que eu, graduei-me em Direito aqui na Universidade Federal do Paraná, o senhor é mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná e o senhor sabe muito bem a utilização da palavra, sabe o que é a linguagem coloquial, sabe o que é a linguagem clássica e sabe que é a linguagem coloquial que é utilizada no nosso cotidiano. Por isso, precisamos, quando nos manifestamos, principalmente a um grupo indeterminado de pessoas, cuidar com a utilização da palavra e da gramática. Então, peço, Sr. Presidente, que seja indicado pelo Sr. Renato Freitas quem são os milicianos que fazem parte e qual é a *Bancada da Milícia*, Sr. Renato Freitas. Agradeço a palavra e espero o retorno do Deputado Renato Freitas a respeito da *Bancada da Milícia*, que já adianto que não existe, porque aqui tem Rone, aqui tem Rotam, aqui tem

DHPP, no Paraná, aqui tem Tigre, aqui tem Cope, aqui tem segurança pública. E é a melhor segurança pública, Sr. Líder do Governo, Sr. Líder do Governo, é a melhor segurança pública do Brasil. Como disse, é o único local que, em qualquer momento, de madrugada, podemos entrar em qualquer bairro que a bandidagem vai se esconder. Se fizer isso no Rio de Janeiro, toma *pipoco*, toma tiro. Concedo a palavra ao Deputado Fabio.

Deputado Fabio Oliveira (PODE): Obrigado, Deputado Tito. Ontem recebemos uma pergunta do Deputado Renato Freitas. Acho que ela foi muito própria em relação ao que a população toda do Brasil quer saber. Como todo cidadão, queremos que todo criminoso cumpra a sua pena e seja punido exemplarmente, e no caso da Vereadora Marielle não é diferente. Realmente, queremos saber quem foi o mandante, quem executou aquele crime, porque nós cidadãos queremos saber. Mas, na esteira desse questionamento, que foi muito bem feito pelo nobre Deputado, acredito que a população também tenha outra pergunta e outro questionamento de um crime que envolveu o Brasil e mexeu com o crime e que infelizmente, pela morosidade do nosso Judiciário, já prescreveu, mas a pergunta ainda fica. Queria encerrar este meu aparte colocando a pergunta, na verdade, novamente: Quem matou Celso Daniel?

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Obrigado, Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Pela liderança do PP, com a palavra o Deputado Paulo Gomes. Registramos a presença nesta Casa do Vereador de São José dos Pinhais, Sr. Paulinho Maradona, por solicitação do Deputado Tiago Buhner. Obrigado, pela presença.

DEPUTADO PAULO GOMES (PP): Bom dia, Deputados, Deputadas, pessoas que nos acompanham no Plenário da Assembleia Legislativa e nossos telespectadores da *TV Assembleia*. É a primeira vez que subo a esta tribuna, depois de ter sido eleito pelo PP na minha primeira eleição, agradecendo os 55 mil 302 votos. Subo aqui no dia que se comemora o *Dia Internacional do Consumidor*. Antes, porém, gostaria de chamar a atenção ao senhor que neste momento

preside esta Sessão para aquela galeria lá em cima. O senhor preste atenção naquela galeria lá em cima. Há 33 anos, com 18 anos, lá estava assistindo a uma Sessão aqui na Assembleia Legislativa. Era estudante de Direito. Naquele dia pensei: *Um dia gostaria de ser Deputado*. Trabalhava como estagiário no Bloco Parlamentar Agropecuário, depois fui trabalhar na Liderança do Governo, na época era o Governador Roberto Requião e o Líder era o Orlando Pessuti. Aqui trabalhei durante seis anos. Aqui eu andava pelas Comissões, aqui eu sofria porque o meu salário era o mais baixo de todos, para pagar uma faculdade e para estudar. Aqui permaneci durante seis anos. Aqui, como estudante de Direito e acompanhando os Projetos de Lei, vi a importância do que é um Poder Legislativo Estadual, a importância de leis bem formuladas. Seis anos depois, saio da Assembleia Legislativa, porque aos 23 anos fiz um concurso para Procurador do Estado do Paraná. Passei nesse concurso sete meses depois de formado. Fui para Foz do Iguaçu e fiquei quatro anos como Chefe de uma regional, aos 24 anos de idade, uma regional extremamente complicada, região de fronteira, de crimes. Lá rapidamente vi a diferença entre a Justiça, a lei e a prática. Processos do Estado do Paraná eram engavetados por determinados Oficiais de Justiça, que davam cobertura a empresas sonegadas de impostos; lá vi o que eram as empresas sendo criadas – fantasmas - apenas para burlar o fisco, e pessoas humildes que eram usadas como proprietárias dessas empresas; lá desmontamos esse esquema, funcionários foram presos, Oficiais de Justiça perderam os seus empregos. Percebi outra coisa, Deputado Delegado Tito Barichello, que o direito muitas vezes é bonito no papel, as leis são muito bonitas no papel, mas a aplicação nem sempre. Lá vi o Estado do Paraná ganhar ações, penhorar bens, e o dia em que fui conhecer o depósito da Justiça não acreditei no que vi: carros que se desmanchavam, porque anos se passavam e os leilões se davam de forma negativa; comidas que eram jogadas fora; aparelhos de ar-condicionado, quando as escolas não tinham aparelho de ar-condicionado em Foz do Iguaçu, sendo jogados literalmente fora. E aí, em um trabalho de iniciativa da Procuradoria do Estado com o Poder Judiciário, passamos a destinar esses bens que apodreciam a entidades que deles necessitavam. Saí de Foz do Iguaçu, vim a Curitiba, no

primeiro momento como Sub-Chefe da Procuradoria de Previdência do Estado, depois virei Chefe e fiquei por quatro anos. E lá foi impressionante o que eu também vi, Deputado Tiago Amaral, o Estado do Paraná pagava mais de uma vez um mesmo precatório. Escutem o que estou dizendo aos senhores: O Estado do Paraná pagava mais de uma vez o mesmo precatório, porque havia descontrole e porque havia dentro da máquina pública uma verdadeira quadrilha em cima dos precatórios. Na ocasião o Governador era o Requião e eu denunciei ao seu pai, que entrou na história, e suspendemos esses pagamentos. Depois de longos quatro anos, o maior advogado previdenciário do Estado do Paraná foi preso, teve o seu registro cassado pela Ordem dos Advogados porque tinha retido dinheiro de 5 mil pensionistas do Estado do Paraná, Professor Lemos. Pensionistas na sua grande maioria policiais militares, que iam à Procuradoria do Estado para pedir informações dos seus precatórios e quando eu, Chefe, lhes comunicava que o Estado já tinha pago, o desespero era total. Quando fui fazer diligências em cemitérios para entender como é que morto recebia precatório do Estado do Paraná, foi um grande escândalo na época, mas resultou em medidas do Poder Judiciário de mudança na forma de pagamento de precatórios do Estado do Paraná. O que isso me mostrou? Mostrou que quando se tem boa vontade, quando não se tem medo e quando se faz coisas sérias, os resultados efetivamente acontecem. Desde o momento em que estava em Foz do Iguaçu, na ocasião, Deputado Batatinha, a *TV Tarobá*, a Bandeirantes me convidou para que aos sábados eu participasse ao vivo de programas que levassem informação jurídica à população. Filas eram feitas na *TV Tarobá*. Esse meu contato inicial com a Assembleia Legislativa, posteriormente o curso de Direito, depois a Procuradoria-Geral do Estado e a comunicação me fizeram chegar hoje a Deputado. Depois, fui convidado pela *RIC TV Record* a fazer um quadro de defesa do consumidor. Tive muito receio, afinal de contas não era repórter, não sou jornalista de profissão, mas eles queriam alguém que conseguisse falar com a população em termos práticos e não técnicos, e fui para o quadro de defesa do consumidor. Um cidadão vendeu um carro a um consumidor cheio de multas. Eu achava que a questão era muito fácil de ser resolvida, mas infelizmente nesse dia

eu apanhei, e apanhei muito. Tive que implantar um dente. Ele me deu socos e deu pauladas no consumidor. E as outras redes de televisão, então, *SBT*, *Bandeirantes* e a *RIC*, tiveram o interesse de levar esse quadro à televisão. Esse quadro foi à televisão, já está há 15 anos e foram muitos os casos resolvidos. Mas, percebi que o que atendemos por mês é muito pouco perto do que podemos fazer todos juntos na criação de boas leis em defesa do consumidor. E quero pedir aos Sr.^s Deputados, aos nossos outros 53 Deputados que se aliem à Comissão de Defesa do Consumidor para que possamos propor boas leis, leis que sejam bem redigidas, que não gerem inconstitucionalidades, que confesso - e não estou fazendo nenhuma crítica à Assembleia Legislativa ou a qualquer Deputado que aqui está -, confesso que me causa espanto uma lei ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, vir a Plenário, ser aprovada por nós Deputados, ir ao Sr. Governador, ser vetada por inconstitucionalidade e depois esta mesma Assembleia dizer que era inconstitucional. Ora, por que aprovamos, então, na Comissão de Constituição e Justiça a sua constitucionalidade, o Plenário ratifica a decisão da Comissão, para ao final dizermos que era inconstitucional?

Deputado Professor Lemos (PT): Um aparte, Deputado Paulo Gomes. Professor Lemos.

DEPUTADO PAULO GOMES (PP): Pois não.

Deputado Professor Lemos (PT): Quero cumprimentar V.Ex.^a pelo trabalho importantíssimo que faz ao longo dos anos no Estado do Paraná, na defesa do consumidor, na defesa do interesse público. Cumprimentá-lo também pelo tema trazido a esta tribuna na manhã de hoje e dizer que pode contar com a nossa Bancada PT/PDT, bloco que tenho a tarefa de liderar. Pode contar conosco na proposição, na construção, na aprovação de leis importantes para proteger o consumidor, para proteger o interesse público. Parabéns.

DEPUTADO PAULO GOMES (PP): Obrigado, Deputado. E ressaltar, gente, duvido que exista algum Deputado aqui que nunca tenha tido um problema de consumidor. Duvido! Um serviço que não consegue cancelar, um desrespeito a

uma garantia de um carro comprado. Do rico ao pobre, todos nós temos problemas. E hoje aprovei o emblema da Comissão de Defesa do Consumidor. Sabem qual é o emblema? São duas pessoas dando as mãos. A Comissão de Defesa do Consumidor não vai ser criada para gerar conflitos, espero. Em alguns momentos será necessário o embate, mas que possamos compor acordos, resoluções. Não estou aqui para atrapalhar comerciante que gera emprego e impostos ao Estado do Paraná, mas, no dia em que se comemora o *Dia Internacional do Consumidor*, afirmo com toda segurança: A população continua a desconhecer os seus direitos, o comerciante continua a desconhecer seus... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputado Paulo Gomes, um minuto para concluir.

DEPUTADO PAULO GOMES (PP): É lamentável que ainda hoje se vendam carros e se diga que a garantia é apenas de caixa e motor, quando o Código do Consumidor é absolutamente claro que a garantia é total. Portanto, vamos defender o consumidor. O consumidor conta conosco e, por favor, Deputados, tenhamos a sensibilidade para entender que teremos pressões de grupos empresariais, mas vamos com sintonia, com equilíbrio buscar alternativas. Quero, para finalizar, dizer que temos mais de 300 leis estaduais de defesa do consumidor que quero fazer um trabalho de consolidação dessa legislação, para que tenhamos com mais clareza a certeza do que efetivamente se trata no Paraná. Muito obrigado. E só lamento, Deputado, que o meu pai não possa hoje estar aqui me acompanhando neste discurso, um filho que ele gostaria tanto de ver Deputado, porque há quatro anos ele está em uma cama. Muitíssimo obrigado, Deputados. E obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Pela liderança do PT, com a palavra o Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que

cumprimento a nossa população que está acompanhando pela TV e pelas demais mídias da Assembleia e que também está aqui presente, honrando-nos com as suas presenças aqui nesta Sessão. Hoje é um dia de mobilização nacional. Estudantes, professores, funcionários de escolas, várias lideranças estão mobilizadas, solicitando ao Presidente Lula e ao Ministro da Educação a revogação do chamado “novo” ensino médio, que de novo não tem nada, é novo entre aspas. É o velho atalho construído pelo Presidente Temer com uma Medida Provisória, a 746/2016, que foi transformada na Lei n.º 13.415/2017. Foi uma imposição, não houve debate com nenhuma comunidade escolar. Os estudantes, já em 2016, mobilizaram-se no Brasil, ocupando escolas, inclusive aqui no Paraná. Teve uma ocasião em que eu e o Deputado Hussein Bakri, pela Comissão de Educação, ele Líder do Governo e eu Líder da Oposição, fomos até Maringá inclusive para conversar com os estudantes que estavam ocupando escolas. Então, tivemos um movimento forte em 2016 contra essa imposição, mas ela foi aprovada e está sendo implementada no Brasil, inclusive aqui no Paraná. E o prejuízo é muito grande para a formação plena dos nossos estudantes, porque alterou o currículo, a matriz curricular, retirando disciplinas importantes, reduzindo carga horária de disciplinas importantes e colocando algumas pseudodisciplinas, porque não são disciplinas, na carga horária, como por exemplo uma pseudodisciplina que se chama: *O que rola por aí*. O que rola por aí! Isso não é disciplina. Outra, aqui no Paraná, chama-se: *Pensamento Computacional*. Isso também não é disciplina. Aí você reduz Matemática, Física, Química, Língua Portuguesa, História, Filosofia, Sociologia, até retira de alguns anos essas disciplinas, empobrece. Isso está acontecendo na escola pública, porque na escola privada, na particular isso não está acontecendo. Então, é para a classe trabalhadora, usuária da escola pública, que está o grande prejuízo. Então, portanto, errou o Governo Temer. Erraram os Deputados e Senadores que votaram a favor dessa lei que prejudica a formação plena dos nossos estudantes no Brasil. E aqui no Paraná também errou o Secretário de Estado da Educação, que agora está em São Paulo, o Renato Feder, quando aqui impôs também uma matriz curricular sem o debate com a comunidade escolar. E hoje o Paraná se

levanta, o Brasil se levanta. Por exemplo, às 7 da manhã, os estudantes do Colégio Abraham Lincoln, de Colombo, já estavam de pé, estavam fazendo mobilização, protestando. São milhões de estudantes pelo Brasil. São milhões também de professores e professoras, funcionários e funcionárias de escolas, mães e pais que estão nesse movimento, um movimento legítimo, e pedimos aqui o apoio de toda a Assembleia Legislativa. E queremos que o Governador do Paraná convoque o Secretário de Estado da Educação para rever também aqui no Estado do Paraná essa proposta. Não podemos continuar com essa matriz curricular, com esses conteúdos que não dão conta da formação plena dos nossos estudantes. Por isso quero aqui, mais uma vez, dar voz a esses milhões de estudantes, milhões de trabalhadores da educação que estão com a reivindicação justíssima. Deputado Renato Freitas, com um aparte.

Deputado Renato Freitas (PT): Muito obrigado pelo aparte, Deputado Lemos. Precisas e necessárias as suas palavras sobre este crime contra os jovens, contra as crianças, os adolescentes que serão reféns de uma educação subalternizada. Vale lembrar que a discussão do ensino médio, da reforma do ensino médio, do sucateamento e nivelamento por baixo do ensino médio teve também, em um de seus capítulos, o *homeschooling*. O que era a proposta de *homeschooling*, se não o retrocesso à Idade Média, à sociedade de castas, onde a nobreza tinha condições de contratar os melhores professores para ter uma educação de ponta dentro de suas casas, de seus castelos, enquanto o povo, a plebe não tinha acesso à educação e de modo algum acesso à educação de qualidade? Estive recentemente em Telêmaco Borba e percebi que a cidade não deveria se chamar Telêmaco Borba, já que uma empresa privada, a Klabin, é dona de cerca de 90% do território daquela cidade. E, sabendo mais sobre essa realidade, fui visitar algumas instituições de ensino, superior inclusive, faculdades pequenas, e elas todas ofertavam as disciplinas conforme as demandas da empresa. Não era um ensino de libertação, de conscientização, que propicia ao povo a cidadania; era um ensino exclusivamente para servir ao capital, aos empresários. O que essa nova reforma do ensino médio propõe é que haja uma sociedade de castas. Por último, o próprio Colégio Militar - soube por alunos e professores do Colégio Militar

- não absorveu em toda a reforma do ensino médio, sob o argumento de que isso dificultaria o acesso dos seus estudantes ao ensino superior por via da universidade pública, porque eles não teriam condições de fazer o vestibular em pé de igualdade com os alunos do Bom Jesus, do Positivo, do Dom Bosco etc. Todos os colégios que têm o mínimo de autonomia não aceitam essa verdadeira aberração. É esse meu aparte. Obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero agradecer bastante ao Deputado...

Deputado Hussein Bakri (PSD): Professor Lemos, você me dá um aparte?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Deputado Hussein Bakri.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Professor Lemos, fizemos aqui um acordo de não falar, o Líder da Oposição e nem da Situação, e não vou me aprofundar. Vou falar na segunda-feira em relação ao que o Deputado Renato Freitas falou aqui. Só quero deixar o recado que na segunda vou me aprofundar tanto sobre *homeschooling*, porque V.Ex.^a cometeu um equívoco gravíssimo, vou explicar o *homeschooling* que foi aprovado aqui; e vou falar também sobre a questão de Telêmaco Borba. Só queria dizer que na segunda-feira vamos tratar do tema. Agradeço, mas quero respeitar o horário de V.Ex.^a.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Obrigado. Obrigado, Deputado Renato Freitas. Com relação ao *homeschooling*, lá em Cascavel foi aprovado. Ingressamos no Tribunal de Justiça e foi então tornado inconstitucional. Também aqui na Assembleia foi aprovada uma lei do *homeschooling*, ao lado de várias entidades. Ingressamos também no Tribunal de Justiça e também essa lei não existe mais no Paraná, foi tornada inconstitucional. Mas quero aqui, então, para finalizar, dizer da importância que têm as mobilizações de hoje no Brasil, e que elas possam repercutir a favor da educação brasileira. E que possamos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Professor Lemos, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Que possamos avançar no sentido de revogar este *novo* ensino médio, que não é novo. Essa reforma piorou, tornou precária a nossa matriz curricular, reduzindo conteúdos importantes para a formação dos nossos estudantes. Que possamos, então, avançar nesse sentido. Vamos aproveitar inclusive a presença do Presidente Lula amanhã no Paraná, lá em Foz do Iguaçu, quando vai dar posse solene ao Presidente da Itaipu, que é o Deputado Enio Verri, que estaremos lá. Vamos também solicitar a ele, entre outras demandas que são de interesse do povo brasileiro e do povo do Paraná, que trabalhe pela revogação do *novo* ensino médio.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Cobra Repórter. (Declina.) Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Declino.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Declina. Deputado Requião. (Declina.)

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Ana Júlia está reivindicando o Horário da Oposição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, então vou usar também. Houve um acordo aqui com o Líder. Não, mas pode falar! Se Vossa Excelência... Fale. Quero ser gentil com você, pode falar. Abro mão e V.Ex.^a pode falar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Bom, já que não há entendimento, os dois abrem mão.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não quero ficar o chato da história, pode falar. Sou chato já, mas aí mais um pouco! Quer falar?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (PROS), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) (48 Parlamentares); Deputado ausente com justificativa: Maria Victória (PP), função administrativa conforme art. 98 do Regimento Interno (1 Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativa: Cristina Silvestri (PSDB), Do Carmo (UNIÃO), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD) e Ney Leprevost (UNIÃO) (5 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 133/2023**, do Deputado Luis Corti, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização sanitária e industrial de produtos de origem animal, credencia profissionais habilitados para o exercício da medicina veterinária vinculados a pessoas jurídicas para exercer atividades de inspeção no Paraná e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 134/2023**, do Deputado Anibelli Neto, que dispõe sobre a proibição do uso foliar de fibronil em territórios limítrofes de áreas que produzem mel no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 135/2023**, do Deputado Ney Leprevost, que concede o título de utilidade pública à Academia Paranaense de Letras; **Autuado sob o n.º 136/2023**, do Deputado Alexandre Amaro, que regulamenta o Programa Permanente de Esterilização de Cães e Gatos (Castrapet Paraná); **Autuado sob o n.º 137/2023**, do Deputado Luis Corti, que proíbe o recebimento de presentes e doações por servidores públicos e autoridades governamentais vinculados aos municípios ou ao Estado do Paraná ao tempo em que autoriza o recebimento pelos governos municipais e pelo Governo do Estado e dá outras providências.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos cinco Redações Finais. Faremos votação simbólica.

ITEM 1 – Redação final do Projeto de Lei n.º 464/2021, de autoria do Deputado Do Carmo e da Deputada Cristina Silvestri, que institui a campanha permanente de combate à importunação sexual no transporte rodoviário intermunicipal comercial de passageiros no Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação final do Projeto de Lei n.º 606/2021, de autoria dos Deputados Homero Marchese e Ricardo Arruda, que altera o §1.º do art. 1.º da Lei n.º 19.293, de 13 de dezembro de 2017, que isenta o doador de sangue ou de medula óssea

do pagamento de inscrição em concursos públicos e processos seletivos realizados no âmbito dos poderes do Estado do Paraná.

ITEM 3 – Redação final do Projeto de Lei n.º 33/2022, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que autoriza o transporte de animais domésticos de pequeno porte no serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal comercial de passageiros no Estado do Paraná.

ITEM 4 – Redação final do Projeto de Lei n.º 512/2022, de autoria Deputado Gilson de Souza, que institui o prêmio Meninas Olímpicas, a ser conferido pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná às estudantes de escolas públicas paranaenses que participarem de olimpíadas científicas.

ITEM 5 – Redação final do Projeto de Resolução n.º 13/2021, de autoria dos Deputados Cristina Silvestri, Ademar Traiano, Luiz Claudio Romanelli e Tercílio Turini, que dispõe sobre a criação do prêmio Meninas Olímpicas conferido pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, objetivando fomentar a participação de meninas em olimpíada de conhecimento, a fim de ampliar suas áreas de atuação no mercado de trabalho, através das olimpíadas científicas.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 6 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 86/2022, de autoria dos Deputados Goura, Requião Filho, Professor Lemos, Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Nelson Luersen, Mabel Canto, Cristina Silvestri e Reichembach, que dispõe sobre a *visão zero* no planejamento viário do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Substitutivo geral da CCJ. Subemenda de Plenário substitutiva geral com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno Subemenda Substitutiva Geral aprovada em 2.ª discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Projeto é bom e tem o nosso apoio. O voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendente os votos dos Deputados Alisson, Delegado Jacovós, Denian Couto, Fabio Oliveira, Flávia Francischini, Marcio Pacheco e Tercilio.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Presidente, o meu voto é “sim”. A digital não está...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputada Flávia. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor , Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (40 Deputados); **Não votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Fabio Oliveira, Flávia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Nelson Justus, Ney Leprevost e Requião Filho (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Subemenda. Quarenta e um votos, com o voto da Deputada Flávia Francischini.**

Os Itens 7 a 11 faremos votação agrupada, já de conhecimento dos Sr.^s Deputados, as matérias, por serem correlatas.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 59/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 5/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Umuarama do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 60/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 6/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Cambará do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 61/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 7/2023, que autoriza o poder executivo a efetuar a doação ao município de Marechal Cândido Rondon do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 62/2023, de autoria do poder Executivo, Mensagem n.º 8/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Piraquara do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 11 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 63/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 9/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Guaira do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Então, vamos à votação. Votando Sr.^s Deputados. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Questão de ordem, Deputada Marli.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Essas são as doações, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): São doações.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): São aqueles lá..., são até o Item 12, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Item 11, de 7 a 11. O Item 12 é primeira votação, Deputada. É por isso que não está na...

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Primeira votação. Está certo. Só queria, Sr. Presidente, ver a possibilidade de incluir nos protocolos de doação de imóveis do Estado para os municípios, que fosse juntado o ofício do município pedindo a doação, para dar transparência a esta Casa sobre a finalidade da doação. Se for possível fazer isso, até para dar transparência para nós, porque no Item 10, que é uma doação para Piraquara, é uma área assim considerável. No caso de Piraquara é um imóvel na área central, de mais de 16 mil metros. E esta Deputada gostaria de saber como o município vai utilizar essa área, em especial que é da minha região. Só um pedido para o senhor, para ver a possibilidade de fazer isso. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada, em relação a esse Item, podemos solicitar ao Governo o porquê da doação, mas não há mais tempo hábil para qualquer...

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Não, segue a votação, mas é só para que possamos ver se tem possibilidade.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Presidente, *pela ordem*. A Deputada tem razão mesmo. Vamos providenciar esses ofícios, pedir que sejam entregues, até para saber exatamente para que é. Vossa Excelência vai ter da nossa parte, da Liderança do Governo, esse procedimento. Vou pedir com mais profundidade informações, pode ter certeza. Cabe razão o seu pedido e, falando em nome da Liderança do Governo, vamos providenciar.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Está certo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Então, vamos à votação, Sr.^s Deputados. Votando.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): *Pela ordem.* Não é igual o caso que foi solicitado pelo próprio município lá atrás, quando eu era diretor da Cohapar?

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Como que é?

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): O município, em uma oportunidade, fez a solicitação para fazer a regularização própria de determinada área pelo município. Não é o caso deste aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Corti, a mensagem é genérica, é para atendimento de interesse público.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Exatamente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Então esses esclarecimentos o Líder trará na sequência. Vamos à votação. Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, os Projetos vão atender os municípios e peço a todos os Deputados que fazem parte da nossa Base o voto é “*sim*”.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, enquanto a votação prossegue, acho que é um serviço de utilidade pública. Os Deputados e Deputadas que estão nesta Casa têm relacionamento com os Prefeitos e Prefeitas, e sabemos o que aconteceu no município de Jandaia, a importância de os Prefeitos providenciarem, obviamente, a averiguação da inspeção. Então, que orientem os Prefeitos a procederem com a averiguação da inspeção veicular e da CNH, porque em um episódio como esse a responsabilidade acaba recaindo sobre o Prefeito. E aqui acho que os Deputados e Deputadas que têm relacionamento com os Prefeitos poderiam - obviamente como já fiz, o Deputado Romanelli acabou de fazer aqui e outros Deputados - orientar os Prefeitos e alertá-los da importância de proceder com essa averiguação da inspeção veicular. Acho que vale a pena. Acabamos de votar um Projeto sobre acidentes de trânsito,

vale a pena essa chamada de atenção para todo mundo, para todos os POrefeitos do Paraná e Prefeitas procederem com essa iniciativa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Denian, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Renato Freitas e Requião Filho.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Senhor Presidente, dada a ausência da instrução do Projeto, não tenho segurança para votar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (42 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Denian Couto, Do Carmo, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Goura, Gugu Bueno, Maria Victória, Ney Leprevost, Renato Freitas e Requião Filho (12 Deputados).]* **Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovados os Projetos de Lei. Estão aprovados os Itens 7 a 11.**

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 518/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 118/2022, que altera o inciso II do art. 30 da Lei n.º 20.072, de 18 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de bem imóvel ao município de Tamanara. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Com Regime de Urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Corti, seu voto, por favor. Deputado Paulo..., votou. Deputado Soldado Adriano, seu voto. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor , Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Denian Couto, Do Carmo, Fabio Oliveira, Goura, Gugu Bueno, Maria Victória, Ney Leprevost e Requião Filho (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 518/2022.**

ITEM 13 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 27/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 3/2023, que altera as leis que especifica e dá outras providências. Pareceres favoráveis CCJ e Comissão do Direito das Mulheres. Com regime de urgência. Em discussão. Em votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, em homenagem a todos os Deputados que fazem parte desta Casa, especialmente à Bancada Feminina, que fez um trabalho gigantesco para correr atrás, para apressar o Projeto - a minha homenagem à Bancada Feminina completa -, peço o voto “sim”, para que aproveemos por unanimidade este Projeto tão importante para o Governo e para essa Secretaria.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Também quero, em nome da Bancada Feminina, em nome da liderança da bancada agradecer ao Governo pela criação do Fundo que vai beneficiar todas as paranaenses através de programas, de políticas públicas relacionadas à causa da mulher. A Bancada Feminina, então, pede o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados e Deputadas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito aos Deputados e Deputadas que não votaram ainda que o voto é “*sim*”, e gostaria muito que tivéssemos uma expressiva votação, em apoio a este Projeto tão importante.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendente os votos dos Deputados Batatinha, Denian, Fabio Oliveira, Marcel Micheletto, Reichembach, Soldado Adriano e Tiago Amaral.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Enquanto os Deputados estão votando - espero que todos votem -, quero parabenizar alguém que saiu aqui desta Casa, independente do partido, e assume um posto dos mais importantes dentro do Estado do Paraná, que é o Deputado Federal Enio Verri. Foi Deputado Estadual e acho que, passada a eleição, ele nos representa como Presidente da Itaipu, essa organização tão importante para o Paraná. Na pessoa do Deputado Arilson, que foi seu chefe de gabinete, e dos demais integrantes da Bancada do PT, quero desejar todo o sucesso e que Deus o abençoe nessa nova jornada. E tomara que o Paraná continue sendo muito bem atendido nas suas pautas importantes, para os grandes projetos do Paraná. É o meu desejo e aqui, em nome da Liderança do

Governo, transmito à Bancada do PT que aqui se encontra as minhas felicitações por esse cargo tão importante ao Deputado Federal Enio Verri.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein, Líder do Governo, muito boa a vossa intervenção. Realmente, o Deputado Enio foi um excepcional Parlamentar aqui na Casa, um Deputado experiente, com bagagem, deu uma contribuição enorme ao Poder Legislativo, respeitadíssimo no Paraná e também queremos cumprimentá-lo. Já tive a oportunidade de, tão logo ele foi anunciado, de ligar a ele o cumprimentando por essa distinção desse cargo tão honrado. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (44 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Denian Couto, Do Carmo, Fabio Oliveira, Goura, Gugu Bueno, Maria Victoria, Ney Leprevost e Requião Filho (10 Deputados).*] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 27/2023.**

ITEM 14 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 58/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 4/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de trechos rodoviários que especifica e a transferência desses ao município de Pinhais. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação e Comissão de Relações Federadas e Assuntos Metropolitanos.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputada Marli.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Quero pedir os votos das colegas Deputadas e Deputados e dizer que esse é um trecho muito importante, é uma ligação importante de Curitiba, passando por Pinhais até Piraquara. E foi na época em que eu era Prefeita que pedimos, conversando com o Governador, pedimos a municipalização desse trecho. Como hoje já municipalizamos o trânsito em Pinhais, então vai ficar fácil para que possamos cuidar desse trecho aí, dessa ligação tão importante. Então, peço o voto dos colegas e das colegas Deputadas. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados e Deputadas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença do Vereador de Laranjeiras, Celso de Azevedo, por solicitação do Deputado Luís Corti. Seja bem-vindo à nossa Casa.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Presidente, *pela ordem*, enquanto os Deputados votam.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Quero reforçar que hoje, na sala Arnaldo Busato, teremos a primeira reunião da Comissão da Juventude. Então, reforço aí para todos os Deputados titulares da Comissão, mas também se algum outro Deputado quiser acompanhar, sinta-se convidado e bem-vindo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Estou encerrando a votação, Sr.^s Deputados. Deputado Marcel, ainda pendente o seu voto. Delegado

Jacovós, seu voto, por favor. Nelson Justus, votando. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Denian Couto, Do Carmo, Fabio Oliveira, Flávia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Maria Victória, Ney Leprevost e Requião Filho (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 58/2023.**

ITEM 15 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 96/2023, de autoria do Poder Executivo, Ofício CEE/G 155/23, que altera as leis que especifica. Parecer favorável da CCJ. Aguardando parecer da Comissão de Finanças e Tributação, com Regime de Urgência. **Está sendo retirado de ofício por esta Presidência porque houve pedido de vista na Comissão. Portanto, não será submetido à apreciação.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 360/2023, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, acerca do andamento dos inventários que tratam do encerramento das Concessões Rodoviárias que compreendiam o antigo anel de integração do Paraná.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Agradeço à Deputada pela construção. Envio de expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Envio de expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, será encaminhado como expediente.**

Requerimento n.º 359/2023, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs 59, 60, 61, 62 e 63/2023, da Ordem do Dia da Sessão Ordinária. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 361/2023, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda do Paraná, Sr. Renê Garcia Júnior, conforme especifica; **Requerimento n.º 362/2023**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, Sr. Natalino Avance de Souza, conforme especifica; **Requerimento n.º 363/2023**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Secretário do Trabalho, Qualificação e Renda, Sr. Mauro Rafael Moraes, conforme especifica; **Requerimento n.º 364/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao II.º Diretor do DER/PR, requerendo providências urgentes para a recuperação da malha asfáltica e implantação de sinalização na PR-525, trecho entre os municípios de São Sebastião da Amoreira e Nova América da Colina, até o trevo do município de Cornélio Procópio; **Requerimento n.º 365/2023**, do Deputado Márcio Pacheco, solicitando o envio de ofício ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti, requerendo as medidas necessárias visando ao pagamento das indenizações relativas às desapropriações amigáveis de áreas utilizadas para a execução de

obras na BR-369, no município de Corbélia; **Requerimento n.º 366/2023**, da Deputada Flávia Francischini, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Saúde do Estado do Paraná, Sr. César Augusto Neves Luiz, requerendo a adoção de medidas administrativas e sanitárias para a resolução dos problemas de saúde pública enfrentados na região do município de Foz do Iguaçu ocasionados em decorrência do agravamento do quadro epidemiológico das arboviroses - dengue e chikungunya; **Requerimento n.º 367/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Ivan Possamai, ocorrido no dia 4 de março, no município de Cascavel; **Requerimento n.º 368/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde requerendo a regulamentação da emissão de carteira de identificação aos portadores de fibromialgia; **Requerimento n.º 372/2023**, do Deputado Márcio Pacheco, solicitando a aprovação de moção de louvor e aplausos aos policiais militares relacionados, pelo êxito em salvar a vida de indivíduo que estava pronto para atentar contra a própria vida no município de Porto Rico; **Requerimento n.º 373/2023**, dos Deputados Tercílio Turini, Cristina Silvestri, Alexandre Amaro, Cobra Repórter, Arilson Chiorato, Professor Lemos e Delegado Jacovós, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Agepar, Sr. Reinhold Stephanes, ao Secretário de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná, Sr. Sandro Alex, e ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo a implementação do Pedagiômetro e a criação do Conselho de Usuários em cada um dos seis lotes de concessão de rodovias federais e estaduais no Paraná; **Requerimento n.º 375/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação, Sr. Roni Miranda, requerendo 100 mil reais para a reforma do Colégio Estadual Jardim Clarito, localizado no município de Cascavel, através do Programa Escola mais Bonita 3; **Requerimento n.º 377/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação, Sr. Roni Miranda, requerendo 100 mil reais para a reforma do Colégio Estadual Jardim Consolata, localizado no município de Cascavel, através do programa

Escola Mais Bonita 3; **Requerimento n.º 378/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Segurança Pública, Cel. Hudson Leôncio Teixeira, para empreender esforços na criação da Patrulha Maria da Penha e Delegacia da Mulher em Pinhão.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 369/2023, dos Deputados Evandro Araújo, Goura, Arilson Chiorato e Maria Victória, requerendo a inclusão da Deputada Maria Victória como coautora do Projeto de Lei n.º 265/2022; **Requerimento n.º 370/2023**, dos Deputados Evandro Araújo e Maria Victória, requerendo a inclusão do Deputado Evandro Araújo como coautor do Projeto de Lei n.º 32/2023; **Requerimento n.º 374/2023**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, Líder do PSD, indicando o Deputado Tercílio Turini como membro titular e o Deputado Evandro Araújo como membro suplente, do Partido Social Democrático, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa; **Requerimento n.º 376/2023**, do Deputado Professor Lemos, Líder do Bloco PT/PDT, indicando o Deputado Renato Freitas como membro titular e a Deputada Ana Júlia como membro suplente para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa.

Justificativa de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a Sessão Plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 371/2023**, do Deputado Márcio Pacheco, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de março de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária**

para segunda-feira, dia 20 de março de 2022, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 638/2020, 86/2022, 454/2022 e 1/2023; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 518/2022, 27/2023 58/2023; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 133/2022, 521/2022 e 96/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 11h12, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)